



**Requerimento de Informação nº , de 2008**  
**(Do Sr. Ronaldo Caiado)**

*Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre a reportagem veiculada na edição de 24 de abril de 2008 da Folha de São Paulo.*

**Sr. Presidente,**

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Justiça o seguinte requerimento de informações:

Em 24 de abril de 2008, a Folha de São Paulo noticiou que, de acordo com diálogos gravados pela Polícia Federal, o Governador de Goiás, Alcides Rodrigues, é o próximo alvo das investigações relacionadas à Operação Navalha.

Nessa mesma reportagem — baseada em um vazamento parcial dessas investigações do Departamento de Polícia Federal —, várias pessoas foram mencionadas, com a intenção possível de sugerir que, de algum modo, todas elas estivessem envolvidas no esquema investigado pela mencionada Operação Navalha. Entre estas pessoas, se encontra o signatário.

Conforme o teor da exposição de motivos em anexo, impõe-se requerer, ao do Senhor Ministro de Estado da Justiça, as seguintes providências:

1. Autorizar o acesso de todos os órgãos de imprensa que se interessem ao inteiro teor das interceptações telefônicas levadas a efeito pelo Departamento de Polícia Federal na denominada “Operação Navalha”, uma vez que seu sigilo não mais se justifica após o vazamento parcial de seu conteúdo;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2. O envio, tão imediato quanto possível, de todas as transcrições dessa operação policial relativas a ligações telefônicas mantidas entre mim, Ronaldo Caiado, e o sr. Sérgio Sá, e vice-versa, caso existentes, ao Ministério Público e à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados e todo órgão de imprensa que o requeira, para o que estou formalmente concedendo a necessária autorização;
3. Na hipótese de inexistência de talas ligações, a emissão de uma certidão, dando conta de tal fato.

Seguem, inclusas, exposição de motivos e cópias de publicações a respeito do episódio.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2008.

**Deputado RONALDO CAIADO  
DEM/GO**



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Em sua edição do último dia 24.04.08, o jornal Folha de S. Paulo fez publicar matéria, sob o título “Governador de Goiás é alvo da PF na Operação Navalha”, cujo teor dá conta de que o governador Alcides Rodrigues, em 15.02.07, encontrou-se comigo, Deputado Ronaldo Caiado, e a Senadora Kátia Abreu, num restaurante em Brasília-DF, jantar que contou também com a presença do Sr. Nerivaldo Costa, e do senhor Sérgio Sá, este apontado, naquela reportagem, como “lobista e representante da empresa Engevix e dos negócios do empreiteiro Zuleido Veras”, acusado de montar “um esquema de fraudes a licitações em benefício da empresa Gautama”.

Tais informações foram obtidas pelo jornal a partir de seu acesso ao teor de interceptações telefônicas promovidas pelo Departamento de Polícia Federal, no curso da chamada “Operação Navalha”, e, em tal contexto, para minha total estupefação, vi-me sob a suspeita de estar envolvido nessas atividades delituosas em apuração pelo DPF, muito embora não conheça o aludido senhor Sérgio Sá nem com ele tenha mantido, antes ou depois desse encontro, qualquer tipo de conversa ou contato.

Assinalo que a razão desse jantar, agendado pela Senadora Kátia Abreu com o Governador Alcides Rodrigues, deveu-se ao fato de que o Senador Marconi Perillo, quando governador de Goiás, havia destroçado as bases partidárias do então PFL, retirando 27 prefeitos dos 33 eleitos pela legenda, e havia lançado mão de toda a máquina e recursos do governo estadual para tentar me derrotar nas eleições de 2006, fato que gerou um estremecimento seguido de ruptura no esquemas de alianças mantidas, no interregno 1998/2006, em Goiás, entre o PFL e o PSDB, situação herdada pelo atual Governador Alcides Rodrigues. Como, em 2007, o PFL iria ser refundado, transformando-se em Democratas, com a dissolução automática de todos os diretórios municipais e da Executiva regional, exigência para a construção de um novo partido, e existindo então uma articulação para tentar impedir minha eleição como presidente regional do novo partido, a senadora Kátia Abreu, como vice-presidente nacional do partido e credenciada a discutir os assuntos regionais, promoveu esse encontro, para que discutíssemos com o recém-empossado governador de Goiás seu posicionamento diante de tal estado de coisas. Acrescento, a título de esclarecimento adicional, que, nas eleições de 2006, o PFL, em Goiás, havia lançado candidato próprio a governador, rompendo sua aliança com o PSDB e o PP, e, no segundo turno daquele pleito, não formalizou qualquer entendimento com os candidatos remanescentes, optando por liberar seus eleitores.

O aludido jantar, portanto, representava o primeiro encontro entre mim e o governador, após uma campanha dura e conflituosa. Por conta disso, nem teria como ser diferente — ausência de clima ou de espaço para qualquer outro tipo de discussão, já que



ali precisamente se iniciava um processo de reaproximação —, o encontro foi extremamente formal e ceremonioso, e, nas circunstâncias, seria mesmo inimaginável que nele se discutisse qualquer assunto fora de temas político-partidários. Atesto que o ali acertado foi cumprido pelo governador, o que ensejou a eleição dos diretórios municipais no Estado em 20.10.07 e minha eleição como presidente regional do DEM de Goiás em 23.11.07.

Parlamentar de oposição que sou, ora no meu quarto mandato de Deputado Federal, minha vida pessoal e política sempre se embasou em honradez e na transparência de meus atos. Depende de minha reputação, que se lastreia sobretudo em coerência e integridade. O episódio de que ora se cuida, assim, é suscetível de provocar irreparáveis danos a minha honra pessoal e à minha imagem política. No contexto como os fatos se deram e vieram a ser colocados, é-me absolutamente impossível aceitar que as coisas permaneçam tal como se encontram. Tenho por inadmissível que, à conta de fatos com os quais nada tenho a ver, objetiva e concretamente, deva consentir que pairem dúvidas sobre minha conduta de homem público, ainda mais calcadas em informações coletadas em vazamentos parciais de gramos telefônicos.

Não compete a mim explicar a razão pela qual o senhor Sérgio Sá se fazia presente nesse jantar com o governador Alcides Rodrigues. O que posso asseverar é que jamais o conheci e com ele em momento algum mantive qualquer tipo de contato, antes ou depois dessa reunião. Entretanto, a única forma possível de comprovar se estou ou não dizendo a verdade nisso é o imediato acesso da imprensa e dos órgãos de investigação, em especial o Ministério Público e a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, ao teor integral de todas as interceptações telefônicas feitas pela Polícia Federal nessa Operação Navalha. E é por isso que se torna necessário que a Polícia Federal, em caráter oficial, esclareça, de forma tão ampla como possível, o conteúdo de toda e qualquer investigação dessa operação que envolva meu nome. E dê divulgação a esse material.

Tem-se por notório que, desde 2003, investigações criminais promovidas pela Polícia Federal, geralmente com base em interceptações telefônicas, têm sido utilizados sistematicamente como arma política, para chantagem ou mesmo intimidação da oposição, ou de quaisquer pessoas que incorram no desagrado do governo e de seus áulicos. Essa prática maliciosa e sub-reptícia é normalmente empreendida sob capa de suposta legalidade, mediante vazamentos pontuais e parciais do conteúdo dessas investigações, com vistas a pelo menos lançar suspeitas sobre os adversários do governo, de modo a embaraçá-los ou coagi-los. Eu próprio, aliás, sou o exemplo acabado de tal metodologia: desde o início de minha trajetória política, meus adversários sempre procuraram tentar me atingir naquilo que sempre foi meu maior patrimônio, minha honradez e minha reputação, e jamais conseguiram êxito. Enxergo este novo episódio, portanto, pelos precedentes, como outra dessas tentativas de me silenciar ou abafar minha voz.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os votos que recebo são votos de opinião. Meu patrimônio político se funda na minha reputação. Tenho portanto, por conta disso, todo o direito de suspeitar das razões que levaram os que descuidadamente permitiram esse “vazamento” à imprensa a agir como o fizeram. Não por acaso, todos os envolvidos nesse vazamento cirúrgico e pontual são da oposição, ou ao menos gente que goza da mais particular desafeição governamental. É sabido que figuras preeminentes do governo e do PT também estão sob investigação nessa operação, mas, em relação a elas, nada se repassa à imprensa nem se permite que vaze. No que concerne a mim, ao tratar de questões partidárias, em suma, acabei por me ver envolto numa zona cinzenta e nebulosa, como se, pelo simples fato de haver compartilhado uma mesa com uma pessoa investigada pelo DPF, tivesse algo a ver com ela, suas ações ou com os fatos que levaram a Polícia Federal a investigá-la.

Enquanto estivermos sujeitos a dossieres elaborados por governantes e a vazamentos e divulgações parciais de gramos da Polícia Federal, a democracia estará em risco e a honra de ninguém estará a salvo. Precisamente por isso é que se torna imprescindível que o Ministro da Justiça, Tarso Genro, dê imediata divulgação, não só a um jornal, mas a toda a imprensa, de tudo que veio a ser obtido nessa investigação. A propósito, vale consignar que não há riscos de que tal divulgação possa, sequer remotamente, causar qualquer prejuízo aos trabalhos da polícia na apuração da Operação Navalha, porque vazamento é como gravidez, não existe pela metade.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2008.

**Deputado RONALDO CAIADO**

**DEM/GO**